

**MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO  
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

**PROJETO CNE/UNESCO 914BRA1136.3:  
DESENVOLVIMENTO, APRIMORAMENTO E CONSOLIDAÇÃO DE UMA  
EDUCAÇÃO NACIONAL DE QUALIDADE –  
ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA DOS POVOS INDÍGENAS**

**RELATÓRIO FINAL DE CONSULTORIA**

**CONSULTORA: Beatriz Carretta Corrêa da Silva**

**CONTRATO n° SA-3193/2012**

**Março/2013**

**Título do Projeto:**

Projeto CNE/UNESCO 914BRA1136.3: Desenvolvimento, aprimoramento e consolidação de uma educação nacional de qualidade – História e Cultura dos Povos Indígenas

**Objetivo:**

Realizar estudo sobre as ações desenvolvidas em Instituições de Ensino Superior sobre a temática da história e cultura dos povos indígenas nos cursos de graduação e pós-graduação, como subsídio ao Conselho Nacional de Educação na elaboração de normas sobre inserção da temática indígena na educação superior.

**Resultados:**

Definição de instrumentos e/ou mecanismos de aperfeiçoamento, acompanhamento e avaliação de políticas de Educação Básica e Superior do Ministério da Educação.

**Produtos:**

1. Documento técnico contendo estudo analítico sobre o desenvolvimento da temática “história e cultura dos povos indígenas” nos cursos de licenciatura oferecidos por instituições de ensino superior, públicas e privadas, como subsídio ao Conselho Nacional de Educação na formulação de normas e orientações às instituições de ensino superior, quanto à incorporação da temática em seus currículos.
2. Documento técnico contendo estudo teórico-metodológico sobre a temática “história e cultura dos povos indígenas”, como subsídio ao Conselho Nacional de Educação na inserção desta temática nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da educação básica, em nível superior.

## **Cronograma de Atividades:**

**Atividade 1.1** – levantar, sistematizar e analisar informações sobre o desenvolvimento da temática “história e cultura dos povos indígenas”, nos cursos de licenciatura oferecidos por instituições de ensino superior, públicas e privadas.

**Atividade 1.2** – Levantar, sistematizar e analisar documentos, publicações, entre outros materiais, impressos e digitais, produzidos por instituições de ensino superior e organizações não governamentais que tratem da inclusão da temática “história e cultura dos povos indígenas” no currículo oficial dos sistemas de ensino.

### **Outubro e novembro de 2012**

#### **Relatório Intermediário de Consultoria: 30 de novembro de 2012**

**Atividade 2.1** – levantar e revisar marcos teóricos e metodológicos sobre a temática da “história e cultura dos povos indígenas” em artigos, periódicos, teses e dissertações, dentre outros documentos.

**Atividade 2.2** – Levantar e analisar informações sobre as experiências desenvolvidas em linhas de pesquisa, grupos de estudos, observatórios de educação escolar indígena, dentre outros espaços, instituídos no âmbito das universidades, dedicados ao tratamento da temática da história e cultura dos povos indígenas.

### **Dezembro de 2012 a Fevereiro de 2013**

#### **Relatório Final de Consultoria: 25 de fevereiro de 2013**

**Consultora: Beatriz Carretta Corrêa da Silva**

**Contrato: SA-3193/2012**

## SUMÁRIO

<b>1. Antecedentes</b>	<b>5</b>
<b>2. Introdução</b>	<b>8</b>
<b>3. História Indígena</b>	<b>15</b>
<b>4. Etno-História</b>	<b>18</b>
<b>5. Educação/Pedagogia</b>	<b>20</b>
<b>6. Considerações Gerais</b>	<b>22</b>
<b>7. Iniciativas e Experiências</b>	<b>24</b>
<b>8. Referências Bibliográficas</b>	<b>35</b>

## 1. Antecedentes

A Constituição Federal de 1988 foi o primeiro passo para o reconhecimento da multiétnicidade, da pluralidade e da diversidade do país, rompendo e relativizando a postura universal predominante e excludente, ao assegurar aos povos indígenas o direito à diferença étnica, sociocultural e linguística. A partir deste novo tratamento jurídico, os povos indígenas passaram a ter reconhecida, no texto do Art. 231, sua identidade cultural própria e diferenciada – incluindo o direito à sua organização social, seus costumes, suas línguas e suas crenças e tradições –, e terem assegurado o direito de permanecerem como índios.

Também o direito à educação diferenciada foi garantido pela Constituição de 1988, que em seu Artigo 210 permite *às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem*, e legislação posterior, como a Lei 9.394/1996, que estabelece as diretrizes da educação nacional, e o Parecer CNE/CEB 14/1999 e a Resolução CNE/CEB 03/1999, que fixaram as diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas, estabelecendo os fundamentos e as conceituações da educação indígena, a criação da categoria escola indígena, a definição da esfera administrativa, a formação do professor indígena, o currículo e sua flexibilização, a flexibilização das exigências e das formas de contratação de professores indígenas, a estrutura e o funcionamento das escolas indígenas, bem como a proposição de ações visando à concretização de propostas de Educação Escolar Indígena.

O direito diferenciado a uma educação escolar voltada para os interesses e necessidades das comunidades indígenas também é assegurado pelo Decreto nº 6.861/2009, que define a organização da Educação Escolar Indígena em territórios etnoeducacionais. Nele é proposto um modelo diferenciado de gestão que visa fortalecer o regime de colaboração na oferta da Educação Escolar Indígena pelos sistemas de ensino. Em seu Art. 1º determina que a *Educação Escolar Indígena será organizada com a participação dos povos indígenas, observada a sua territorialidade e respeitando suas necessidades e especificidades*.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena, elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação<sup>1</sup> em 2012, vêm marcar historicamente *o momento em que se busca a construção de uma relação mais respeitosa e promotora da justiça social por meio das práticas da educação escolar como forma de promover a ampliação do diálogo intercultural entre o Estado brasileiro e os povos indígenas* e em resposta ao protagonismo indígena no cenário educacional brasileiro. Nesse sentido, não se deve perder de vista que a educação escolar indígena tem sido pauta política de extrema relevância para as comunidades indígenas, o movimento indígena e as entidades de apoio aos povos indígenas, tendo deixado de ser temática secundária, e ganhado importância na medida em que mobiliza diferentes instituições e recursos.

Nesse contexto, a inclusão da temática indígena no sistema oficial de ensino é decorrente da luta dos povos indígenas e do movimento indígena pelo reconhecimento de suas histórias e culturas e de sua participação na formação étnica brasileira. A principal reivindicação desta luta por reconhecimento refere-se à visão descontextualizada, alienada e homogeneizada que a sociedade como um todo tem dos povos indígenas e na exigência de que cabe à escola desconstruir esta visão distorcida, por meio da educação universal, transmitindo o conhecimento de que estes povos são parte integrante da formação da identidade cultural nacional, assim como são parte da realidade atual da nação.

Foi, pois, a publicação da Lei nº 11.645, em março de 2008, alterando o Art. 26-A da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, que introduziu a obrigatoriedade da inserção da temática “História e Cultura Indígena” nos currículos oficiais das escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional já havia sido modificada pela publicação da Lei nº 10.639, de janeiro de 2003, que estabelecia o ensino da “História da África e da Cultura Afro-Brasileira”. Ambas as leis são instrumentos de orientação para o combate à discriminação e, ao mesmo tempo, ações afirmativas, no sentido de que reconhecem a escola como lugar da formação de cidadãos e destaca sua importância para promover a necessária valorização das matrizes culturais que fizeram do Brasil o país rico, múltiplo e plural que é.

---

<sup>1</sup>A Resolução CNE/CEB 05/2012 e o Parecer CNE/CEB 13/2012 instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica.

Essas duas leis, associadas ao Parecer do CNE/CP 03/2004, que aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas, e à Resolução CNE/CP 01/2004, que detalha os direitos e as obrigações dos entes federados ante a implementação da lei, compõem um conjunto de dispositivos legais indutores de uma política educacional voltada para a afirmação da diversidade cultural e da concretização de uma educação das relações étnico-raciais nas escolas.

Para além de mera afirmação da multietnicidade e da pluriculturalidade do país, a importância política das Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais reside no reconhecimento de que educação de qualidade inclui a formação de cidadãos responsáveis pela construção de uma sociedade justa e democrática. É importante, ainda, ressaltar a exigência da Resolução CNE/CP 01/2004 de incentivos a *pesquisas sobre processos educativos orientados por valores, visões de mundo, conhecimentos afro-brasileiros, ao lado de pesquisas de mesma natureza junto aos povos indígenas, com o objetivo de ampliação e fortalecimento de bases teóricas para a educação brasileira*, deixando patente a necessidade de ampliar o alcance da educação intercultural, por enquanto ainda restrito às escolas indígenas, para abranger todo o sistema educacional.

Também o Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, elaborado pelo Ministério da Educação e aprovado em 2009, surge nesse mesmo contexto para orientar os sistemas de ensino na aplicação da legislação educacional. O Plano Nacional, concebido *como uma proposta estruturante para a implementação da temática na sensibilização e informação dos ajustes e procedimentos necessários por parte das instituições de ensino superior públicas e particulares devidamente autorizadas a funcionar pelo Ministério da Educação ou, quando for o caso, pelo Conselho Nacional de Educação*, abordou também a temática indígena, oferecendo, de forma clara e geral, diretrizes para sua incorporação no ensino superior.

Ponto significativo do Plano Nacional, que encontra forte suporte nos resultados positivos registrados pela pesquisa acadêmica<sup>2</sup>, é a insistência de que, *para o cumprimento das Leis*

---

<sup>2</sup>Por exemplo, artigos e outros trabalhos científicos resultantes do projeto Educação Indígena e Interculturalidade, liderado pela Profa. Dra. Maria Aparecida Bergamaschi, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

*10.639/03 e 11.645/08, é imprescindível a colaboração das comunidades em que a escola está inserida e a comunicação com estudiosos e movimentos sociais para que subsidiem as discussões e construam novos saberes, atitudes, valores e posturas.* Ressalte-se que a presença das comunidades indígenas no contexto escolar não indígena torna visível o invisível – a presença indígena e a cultura ameríndia –, num contexto intercultural em que os diferentes podem ser o que são, em relações de negociação, conflitos e empréstimos recíprocos.

A sanção dessa nova legislação significa uma mudança nas práticas e nas políticas educacionais, mas também – e sobretudo – no imaginário pedagógico e na sua relação com o diverso, o diferente. Ela tem fundamental importância ao dar visibilidade aos povos indígenas como seres humanos vivos detentores de cultura própria, e ao propiciar que a escola, como importante polo de difusão cultural e de saberes, ultrapasse a visão genérica e estereotipada dessas comunidades tradicionais e suscite diálogos multidisciplinares que aprofundem o entendimento sobre as diferentes formas de interação, os conflitos territoriais, a formação intelectual, a configuração do pensamento sensível dos ameríndios, entre tantos outros temas.

## **2. Introdução**

O Relatório Intermediário desta pesquisa configurou-se como estudo analítico sobre o desenvolvimento da temática “história e cultura dos povos indígenas” nos cursos de licenciatura oferecidos por instituições de ensino superior, públicas e privadas, como subsídio ao Conselho Nacional de Educação na formulação de normas e orientações às instituições de ensino superior, quanto à incorporação da temática em seus currículos.

Este Relatório Final, por sua vez, configura-se como documento técnico que apresenta estudo teórico-metodológico sobre a “história e cultura dos povos indígenas” e refere-se à pesquisa científica sobre essa temática desenvolvida em Instituições de Ensino Superior públicas e privadas. A intenção deste relatório é servir de subsídio ao Conselho Nacional de Educação em sua tarefa de inserção do tema nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da educação básica, em nível superior. Este documento consta dos seguintes componentes:



(1) Levantamento e revisão de marcos teóricos e metodológicos relativos à temática da história e cultura dos povos indígenas em artigos, periódicos, teses e dissertações, dentre outros documentos; e

(2) Levantamento e análise de informações sobre as experiências desenvolvidas em linhas de pesquisa, grupos de estudos, observatórios de educação escolar indígena, dentre outros espaços, instituídos no âmbito das universidades, dedicados ao tratamento da temática da história e cultura dos povos indígenas.

Conforme salientado no Relatório Intermediário deste projeto, as áreas do conhecimento identificadas com a pesquisa acadêmica sobre a inserção da temática indígena na escola são especialmente a Antropologia, sobretudo pesquisadores envolvidos com educação indígena que voltaram seu interesse para os conteúdos desenvolvidos na escola não indígena, e a Educação/Pedagogia, tanto pesquisadores que trabalham com educação indígena quanto com educação fundamental. Além dessas, também na História são desenvolvidas pesquisas sobre a presença do índio no livro didático de história e a formação do professor.

Essas pesquisas referem-se, principalmente, à presença do indígena no livro didático, no material de apoio e na sala de aula como um todo, ou à educação escolar indígena – seja em nível universitário ou da educação básica. Há, contudo, outra vertente investigativa que faz referência à produção do conhecimento sobre a presença indígena na história nacional: seu papel como protagonista dessa história e sua concepção dessa história. De uma maneira geral, essa é a abordagem privilegiada por linhas de pesquisa que se filiam à perspectiva tanto da história indígena quanto da etno-história – sejam os pesquisadores antropólogos, historiadores, arqueólogos ou ainda de outras áreas – ou da história oral.

Dessa forma, podem-se distinguir, *grosso modo*, três abordagens distintas com respeito à pesquisa relativa à história e à cultura indígena, que podem ser resumidas como: (i) abordagem histórica, referente às pesquisas realizadas no âmbito da História Indígena ou da Nova História Indígena; (ii) abordagens etno-históricas, relativas às pesquisas realizadas em áreas como a Arqueologia, a Antropologia e a Linguística; (iii) e por fim um terceiro viés representado pelas

pesquisas realizadas no âmbito da Educação e da Pedagogia, que enfatizam o ensino da história e temas como oralidade, memória e saberes tradicionais.

As diferenças teórico-metodológicas das diversas abordagens refletem essencialmente a formação acadêmica dos pesquisadores e apontam para as distinções fundantes das várias disciplinas, revelando mais o lugar de onde se observa do que aquele que ocupa o objeto observado. Por outro lado, não é possível considerar tais abordagens como estanques ou concluir, pela forma de exposição didática deste documento, que não existem interferências de uma área sobre outra. Pelo contrário, o que tem ocorrido é justamente o apagamento de fronteiras e a aproximação de paradigmas, por exemplo, da História e da Antropologia ou da Arqueologia e da História, resultando em uma abordagem interdisciplinar – por vezes, multidisciplinar – da temática indígena nas pesquisas acadêmicas.

Como afirma Coelho (2005: 32), a temática indígena “não se constitui em um campo de estudos que possui um aparato teórico e metodológico próprio. Não tem fontes específicas, não elabora metodologias exclusivas, não introduz paradigmas de análise”. Essa conceituação pela negação, contudo, não reduz a temática indígena a um não objeto de estudo; ao contrário, as pesquisas recentes, notadamente de caráter interdisciplinar, têm possibilitado a ampliação das perspectivas de análise ao conjugar teorias e métodos históricos e antropológicos – e ainda de outras áreas de estudo – e oferecido uma nova dimensão aos processos históricos vividos por esses povos.

Essas pesquisas refletem o que historiadores, como Maria Regina Celestino de Almeida, têm chamado de “revisão historiográfica, que tem dado um novo lugar ao índio em nossa história” (Almeida, 2010: 12). Esse processo de renovação do conhecimento sobre a História Indígena foi iniciado nos anos 1990, que testemunharam a criação de diversos Cursos de Pós-Graduação, Núcleos de Pesquisa, Centros e Laboratórios em universidades em todo o país – como a Universidade de São Paulo, a Universidade Estadual de Maringá, a Universidade Federal de Grande Dourados ou a Universidade Federal de Santa Catarina –, além da publicação em número cada vez maior de artigos científicos e trabalhos acadêmicos e a aparição de incontáveis teses e dissertações que abordam o tema.

De uma maneira geral, as pesquisas desenvolvidas nesses cursos de pós-graduação, centros, núcleos ou laboratórios de pesquisa, assim como os artigos e trabalhos científicos publicados identificam-se ou com ‘história indígena’ ou com ‘etno-história’, o que significa normalmente que utilizam abordagens históricas para se aproximarem da questão indígena. Para além da questão retórica, a distinção faz referência a diferentes chaves de compreensão da temática: historiadores costumam identificar-se com ‘história indígena’ e abordam os índios na história do Brasil e os antropólogos, identificados com a ‘etno-história’, enfocam a história dos índios no Brasil.

Cabe aqui uma breve reflexão sobre o significado dos termos ‘etno-história’ e ‘história indígena’ para que se possam compreender as diversas abordagens teórico-metodológicas privilegiadas por grupos distintos de pesquisadores, bem como a divisão em três grupos diferentes adotada neste estudo<sup>3</sup>.

O termo etno-história foi utilizado pela primeira vez em 1909, pelo arqueólogo e antropólogo norte-americano Clark Wissler, para fazer referência a estudos que se utilizavam da combinação de dados arqueológicos com documentos históricos para a reconstrução da “cultura pré-histórica” (Baerries, 1961: 49) de populações indígenas norte-americanas. O termo nasce, assim, estreitamente relacionado à pesquisa arqueológica estadunidense, que preconizava o uso de evidências históricas para identificação de sítios arqueológicos e combinava “dados etnográficos, históricos e arqueológicos para produzir etnografias históricas de períodos arqueológicos recentes” (Sturtevant, 1966:9).

Embora tenha surgido no âmbito da arqueologia, o grande desenvolvimento da etno-história deu-se como parte da antropologia, notadamente nos estudos do processo de ‘aculturação’, em que se tornou patente a necessidade de entender as mudanças ocorridas nas culturas nativas em decorrência do contato com os europeus (Trigger, 1982: 4). Nessa perspectiva, pouca importância era dada à cultura nativa anterior ao contato, uma vez que se considerava que, em estado original, essas culturas eram estáveis e imutáveis.

---

<sup>3</sup> Reúno aqui aspectos relevantes, para os fins deste Relatório, da discussão sobre o desenvolvimento da etno-história, dos diversos desdobramentos no campo da história e das possíveis sínteses apresentados em Corrêa da Silva (2011: 280-313).

Nesse contexto, o campo da etno-história ficou atrelado às pesquisas que tratavam da história de povos que não possuem documentação histórica (Jones, 1994: 107), tendo sido considerado até os anos 1970 ora como método, ora como técnica, ou mesmo como um “meio para combinar os aspectos generalizantes da etnologia com a crítica cuidadosa das fontes e o interesse pelo sequenciamento temporal da história” (Carmack, 1971: 230).

A caminho de tornar-se uma disciplina, o que havia começado como metodologia de pesquisa teve de revisar e ampliar seus métodos para abranger outras fontes, em especial as não documentais (Jones, 1994: 108). Note-se que até esse momento, o recurso à documentação histórica disponível no estudo das populações indígenas significava essencialmente fazer uso de documentação textual produzida por não indígenas: etnógrafos, viajantes, missionários, militares, funcionários, etc. (Krech, 1991: 347), sendo tradição oral, lendas, mitos e memória indígena completamente desconsiderados pela pesquisa etno-histórica.

Desdobramentos recentes da etno-história, não apenas em sua vertente norte-americana, apresentam como característica fundamental considerável ecletismo metodológico, visto que combinam a análise de documentos históricos – que incorporaram, nas últimas décadas, a tradição oral – com evidências etnográficas, linguísticas, ecológicas e arqueológicas, entre outras, o que resulta em reconstrução bastante mais ampla do passado em comparação com a reconstrução histórica.

A multidisciplinaridade, no entanto, não parece ter resolvido a crise interna da etno-história, que nunca conseguiu reconhecimento como disciplina independente, sendo comumente entendida como método multidisciplinar que conjuga dados e métodos da história, da antropologia, da arqueologia e, eventualmente, de outras áreas como a linguística, a ecologia, a geografia e a genética. Além dos problemas relativos à definição do escopo e do objeto da disciplina, preocupações com questões teórico-metodológicas permanecem recorrentes, pois a “[etno-história] não possui técnicas especiais independentes das da história, nem uma teoria independente das teorias correntes em antropologia cultural” (Axtell, 1978: 114).

Deve-se ressaltar, contudo, que grande parte das questões teóricas ou metodológicas que suscitaram debates por vezes acirrados deriva seja das diversas sínteses propostas, seja das diferentes formações dos pesquisadores: antropólogos tendem a abordar documentos históricos como notas de campo, “demonstrando ingenuidade em relação aos métodos da história”, ao passo que historiadores tendem a tratar documentos históricos como as únicas fontes de informação disponíveis (Trigger, 1982: 5). Soma-se à discussão o rigor exigido pela História para a crítica das fontes aplicada à tradição oral, cujas bases foram estabelecidas pelos estudos seminais do historiador africanista Jan Vansina, em contraste com a aparente liberdade do antropólogo ao manusear os dados fornecidos por seus informantes, e tem-se como resultado os preconceitos e as desconfianças mútuos entre disciplinas que povoaram o fazer etno-histórico e terminaram gerando vertentes diferenciadas.

Se, nos Estados Unidos, a antropologia e a história acabaram por aproximar-se, com o reconhecimento das técnicas e métodos da história como indispensáveis à prática etno-histórica (Trigger, 1986: 257-258), na região do Pacífico, a contribuição entre etno-historiadores e arqueólogos tem demonstrado a importância da correta avaliação de dados arqueológicos, de maneira a incorporá-los à pesquisa (*idem*: 260). Na América Central, o uso combinado de tradição oral e arqueologia, bem como o domínio do vasto acervo epigráfico e pictográfico, levaram ao desenvolvimento de estudos comparados e de sínteses importantes para a compreensão da pré-história da região (*idem, ibidem*). O uso abundante da tradição oral e de dados linguísticos também se tem revelado esclarecedor no caso da África (*idem*: 261), ao passo que, no Pacífico, a síntese entre arqueologia e linguística e, mais recentemente, a incorporação da genética tem-se mostrado extremamente profícua.

No Brasil, como se sabe, só muito recentemente as populações indígenas ganharam espaço na historiografia e, mesmo assim, em proporções menores do que em outras regiões da América. Como sugere Monteiro (2001: 2), isso se explica, em grande medida, pela exclusão do indígena no pensamento brasileiro desde a institucionalização da historiografia no Brasil no Segundo Império. Esta postura, aliada à ideia generalizada da extinção iminente da população nativa levou à resistência dos historiadores a tratar do tema, que terminou relegado ao interesse puramente antropológico. O estudo antropológico, por sua vez, em função dos

desenvolvimentos teóricos da própria disciplina e por questões de ordem prática, ateve-se, por longo tempo, à descrição sincrônica. Como explicam Viveiros de Castro e Carneiro da Cunha (1993: 12): “o alto rendimento da análise sincrônica contrastava com a pobreza da documentação histórica e seu aproveitamento”.

Contudo, uma nova vertente de estudos historiográficos desenvolveu-se também aqui a partir dos anos 1990, levando à aproximação crescente entre historiadores e antropólogos e ensejando pesquisas interdisciplinares que valorizam as atuações dos índios como variáveis importantes para a compreensão dos processos históricos nos quais estão inseridos. A essa vertente dá-se o nome de História Indígena ou “Nova História Indígena” (Monteiro, 2001: 5), numa clara alusão à Nova História francesa, corrente historiográfica correspondente à terceira geração da Escola dos Anais, que desenvolve uma história etnográfica.

No esforço de “estudar os índios em chave histórica” (Souza, 1996: 8), a nova história indígena brasileira filia-se a uma grande tradição nacional de história cultural, herdeira de Sérgio Buarque de Holanda, e vale-se do rico manancial de estudos antropológicos, recentes e já clássicos, como os de Eduardo Viveiros de Castro e Manuela Carneiro da Cunha. Essa nova abordagem historiográfica – de caráter etno-histórico, conforme as acepções apresentadas acima – caracteriza-se essencialmente pela multidisciplinaridade, que amplia a descrição histórica com o aporte de matérias e conteúdos distintos, trazidos por diferentes disciplinas, com o intuito de dar conta da enorme riqueza e diversidade que caracterizam a história indígena.

Note-se, contudo, que também no Brasil a etno-história suscitou as mesmas preocupações teóricas e metodológicas e os mesmos questionamentos relativos à delimitação de seus escopo e objeto. Também aqui prevalece a ideia de que a etno-história constitui-se em metodologia de pesquisa e não em disciplina autônoma e que pelo uso desta metodologia pode-se obter tanto uma narrativa história – que privilegia os métodos históricos – quanto uma etnografia histórica – que privilegia os métodos antropológicos. Há, contudo, no meio antropológico um entendimento mais restritivo do termo etno-história, que faz referência exclusivamente às etnografias históricas que privilegiam a abordagem êmica, isto é, a representação que os próprios indígenas fazem de si mesmos. Nesse contexto, etno-história é apreendida em “seu

sentido próprio de autoconcepções da história forjadas pelas próprias sociedades indígenas” (Viveiros de Castro e Carneiro da Cunha, 1993: 12).

Sem o intuito de aprofundar a discussão sobre o conceito ‘etno-história’ e com fins eminentemente descritivos – e não classificatórios –, neste relatório reúno sob esse conceito as pesquisas multidisciplinares que fazem uso da metodologia etno-histórica para a reconstrução da história dos índios no Brasil, sem considerar as distinções entre narrativas históricas ou etnografias históricas ou o entendimento mais restritivo de etno-história como etnociência. Sob a rubrica de ‘história indígena’ foram agrupadas as pesquisas históricas, mormente interdisciplinares, que abordam o indígena na história do Brasil, privilegiando a perspectiva histórica e associando-se, frequentemente, às vertentes história colonial ou história oral.

### **3. História Indígena**

Em publicação da Prefeitura de São Paulo, consequência do I Fórum do Ensino Superior sobre os Desafios para o Ensino de História e Cultura Africana e Indígena realizado em 2009, Benedito Preziosi (2010[?]: 97) engrossa o coro dos acadêmicos que acreditam que “a grande tarefa, hoje, é realizar uma revisão histórica e trazer à tona uma discussão que poderá ajudar a sociedade brasileira a ter outro enfoque da conquista lusitana e rever conceitos estereotipados e preconceituosos”.

Segundo o antropólogo, o desafio começa pela necessária mudança de enfoque e das referências culturais, abandonando o eurocentrismo da historiografia oficial, passa pela necessidade de buscar a ótica dos povos indígenas, deixando de lado as abordagens que exaltam as classes dominantes e os vencedores das guerras de conquista, continua pelo conhecimento dos muitos povos históricos e dos atuais, de suas diferenças e suas mudanças no correr do tempo, e termina por aprender e transmitir essas culturas por meio de sua própria literatura e seus autores (Preziosi, 2010[?]).

As pesquisas acadêmicas em História Indígena, especialmente as que vêm sendo desenvolvidas a partir de 1990, parecem tentar fornecer subsídios para o necessário desafio lançado por Preziosi

(*op.cit.*) e responder às perguntas que abrem o primeiro capítulo do livro de Maria Regina Celestino de Almeida *Os Índios na História do Brasil* (Almeida, 2010): “Como os índios têm sido vistos tradicionalmente em nossa história?”, “Como se explica terem desaparecido da história?”.

A perspectiva dessas pesquisas é o reconhecimento por parte dos pesquisadores – historiadores e antropólogos – de que as populações indígenas que foram assimiladas, escravizadas ou submetidas como aliadas, desapareceram apenas da história escrita, tendo permanecido nas vilas, nos sertões, nas cidades e nas aldeias. A permanência da presença indígena do século XVI ao XIX tem sido demonstrada por diversos documentos produzidos por diferentes atores sociais e seu estudo renovado tem rendido novas interpretações e uma nova compreensão do mundo colonial forjado nos trópicos (Almeida, 2010: 14).

As novas possibilidades interpretativas abertas à História Indígena a partir desse ponto de inflexão, que foram os anos 1990, devem-se à introdução à pesquisa histórica de conceitos antropológicos, como o de cultura, e a valorização na pesquisa antropológica de processos históricos de mudança como elementos explicativos e transformadores da cultura. A partir da mútua influência nas fronteiras da antropologia e da história, tanto historiadores quanto antropólogos têm repensado e ampliado conceitos básicos, como o contato e a tradição.

O percurso teórico-metodológico desenvolvido pela História Indígena neste processo foi, assim, o deslocamento do foco da análise do colonizador europeu para as populações indígenas que aqui estavam, para identificar suas formas de compreensão e seus objetivos próprios nas várias formas de contato (Almeida, 2010: 23). Perceber a transformação de grupos indígenas e suas culturas através da dinâmica de suas relações sociais, em processos históricos que podem conduzir ao desaparecimento, mas também oferecem outras possibilidades, “permitiu repensar a trajetória histórica de inúmeros povos, que por muito tempo foram considerados misturados ou extintos” (*idem, ibidem*).

Dessa forma, a mudança de foco da análise, privilegiando os aspectos internos dos povos estudados – os agentes, as instituições e as dinâmicas locais –, somada a uma nova leitura crítica de fontes históricas, mesmo as já trabalhadas, e à compreensão das legislações como resultado de acordos, negociações e confrontos têm permitido encontrar nas brechas das relações



desiguais espaços para mediações e reivindicações. A História Indígena encontra, pois, não o índio genérico do cânon da História do Brasil, que se aculturou e deixou de ser índio ou morreu, mas diversos povos indígenas, ainda que dominados e aculturados, que mantiveram ou renovaram suas identidades étnicas e permaneceram na história – embora ausentes da historiografia.

Note-se que esta Nova História Indígena utiliza-se de diferentes registros históricos, sejam textuais, visuais ou orais – adentrando campos diversos como o da antropologia visual, no caso da iconografia, e da história oral, no caso das fontes orais – para focar os vários vetores de transformação decorrentes do encontro colonial e compreender o impacto dessas transformações sobre as populações indígenas, além de tentar entender as formas pelas quais essas populações procuraram assimilar ou confrontar as novas experiências vivenciadas.

No caso dos estudos históricos que recorrem a fontes orais, diferentemente das propostas etnográficas, impõe-se a produção de documentação mediante o registro de narrativas, produzidas de acordo com os métodos e procedimentos estabelecidos e consagrados pela História Oral (Silva e José da Silva, 2010: 37). Isso significa que nas pesquisas historiográficas realizadas com fontes orais sobre populações indígenas são entendidos como relevantes certos cuidados metodológicos na leitura e na interpretação das narrativas coletadas e registradas. Em outras palavras, as fontes orais constituem objeto de reflexão e avaliação da veracidade dos dados da mesma forma que as fontes manuscritas, cartográficas, iconográficas e bibliográficas.

É justamente no tratamento metodológico das fontes que reside a principal diferença entre a forma como historiadores e antropólogos percebem a oralidade. Para o antropólogo, a forma primeira de aproximação e de obtenção de dados de pesquisa é o trabalho de campo, e é no informante que a antropologia tem sua principal fonte de conhecimento. Nesse procedimento, de buscar nos nativos as versões sobre a vida e a história, a maneira de atribuir significados aos acontecimentos, enfim, de tecer uma narrativa (histórica, mítica, etc.), reside o interesse substancial do antropólogo (Silva e José da Silva, 2010: 39).

Já a metodologia da história oral observa cuidados de como coletar informações, como entrevistar, confrontar versões, etc. As entrevistas, por sua vez, geram sempre documento

material, que é a gravação, e geralmente implica a elaboração de um texto escrito, derivado das entrevistas, sendo necessário pensar tanto no destino das gravações, que devem ser mantidas e disponibilizadas a um público amplo, como no destino do próprio texto escrito (Silva e José da Silva, 2010: 42). O mesmo não acontece no trabalho etnográfico, em que se privilegia o oral, descartando as cadernetas de campo do rol de documentos materiais a serem disponibilizados ao público.

Entende-se, pois, que a História Indígena ou a Nova História Indígena constitui-se em herdeira da Nova História, no sentido de que foi essa ‘escola’ que propiciou a ampliação do campo do documento histórico, passando a basear-se numa multiplicidade de fontes: um pólen fossilizado, uma fotografia, uma ferramenta, um ex-voto (Le Goff, 1995: 28), e enfatizou a necessidade de estabelecer um diálogo profícuo com outras ciências (*idem*: 35).

Embora dialogue com a antropologia e utilize abordagens etnográficas; embora possa utilizar-se de datações arqueológicas e sequenciamento estratigráfico; embora se baseie numa ampla gama de documentos, como iconográficos, cartográficos, pictográficos, epigráficos e ainda orais; os métodos da História Indígena, especialmente a crítica e avaliação técnica das fontes – de todos os tipos de fontes documentais – são os próprios da História. O resultado da pesquisa em História Indígena será uma narrativa histórica, gênero textual próprio da História, ainda que se trate de uma história etnográfica.

Pesquisas em História Indígena vêm sendo desenvolvidas em Núcleos de Pesquisa, como o Núcleo de História Indígena e do Indigenismo, da Universidade de São Paulo, e Cursos de Pós-Graduação em História, em diversas instituições do país, com suas distintas linhas de pesquisa, tais como, história social da cultura, na Universidade de Campinas, ou especificamente história indígena, na Universidade Federal da Grande Dourados, Mato Grosso do Sul.

#### **4. Etno-História**

As pesquisas aqui elencadas como etno-históricas utilizam-se, conforme discutido anteriormente, de metodologia multidisciplinar para estudar os povos indígenas a partir de uma

perspectiva histórica. Diferentemente dos trabalhos considerados na vertente História Indígena – que se debruçam sobre a presença indígena na história brasileira –, seu objetivo é reconstruir a história dos povos indígenas brasileiros. Essas pesquisas adotam perspectivas as mais variadas, dependendo da área de formação e do ponto de partida privilegiado pelo pesquisador – que incluem áreas como genética, linguística, antropologia, arqueologia ou botânica – e as sínteses são, da mesma forma, as mais diversas.

Vale notar que diversas áreas do conhecimento desenvolvem pesquisas históricas sem que isso implique necessariamente a reconstrução histórica. É o caso, por exemplo, da Linguística que, em sua vertente Linguística Histórica, estuda o desenvolvimento histórico das línguas e os processos de mudança linguística. No entanto, foi somente no início do século XX que a dimensão sociológica foi introduzida ao estudo das línguas, buscando relacionar o intrinsecamente linguístico com o intrinsecamente social (Meillet, 1926). Mesmo assim, foi apenas a partir dos anos 1990 que uma nova vertente interpretativa da Linguística Histórica introduziu a ideia de que a história de uma língua é uma função da história de seus falantes e não um fenômeno independente do contexto social em que as línguas e seus falantes estão inseridos (Thomason e Kaufman, 1991: 4).

A mudança de paradigmas nas ciências humanas como um todo (Marcus e Fischer, 2000), somada ao acúmulo de dados em ciências recentes, como a Arqueologia e Genética, e à intensificação de estudos histórico-comparativos na Linguística, permitiu despertar o interesse de pesquisadores de distintas áreas para questões históricas e estender os métodos de suas ciências para a reconstrução histórica. É importante ressaltar que a reconstrução histórica a partir de dados linguísticos e genéticos permanece ainda no Brasil como ocupação marginal para linguistas e geneticistas.

Tem-se, assim, o desenvolvimento de estudos etnobotânicos fartamente amparados em estudos etnográficos e reconstruções de protolínguas com base no método histórico-comparativo; têm-se estudos genéticos que visam avaliar hipóteses levantadas em pesquisas linguísticas, bem como pesquisas arqueológicas que partem de pressupostos estabelecidos pela Linguística Histórica e utilizam-se de métodos da etnoarqueologia; ou estudos em Linguística Histórica que se utilizam de ampla documentação histórica, etnográfica, genética e arqueológica para empreender

reconstrução histórica; assim como, etnografias históricas que buscam desvendar as formas de perceber o tempo e a história de diversos povos indígenas.

Essas pesquisas eminentemente multidisciplinares desenvolvem-se em Cursos de Pós-Graduação e Centros de Pesquisa de diferentes áreas – em especial Antropologia e Arqueologia, mas eventualmente também Linguística e Genética – em instituições em diversas regiões do país, em linhas de pesquisas as mais variadas, tais como história indígena, etno-história e arqueologia, no Laboratório de História Indígena da Universidade Federal de Santa Catarina, ou povoamento do território brasileiro, no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu Nacional, UFRJ, ou ainda teoria e análise linguística de línguas indígenas brasileiras, no Laboratório de Línguas Indígenas da Universidade de Brasília. Seus métodos são os específicos de cada disciplina somados à metodologia multidisciplinar própria do fazer etno-histórico, e seus produtos vão desde narrativas históricas até etnografias históricas.

## **5. Educação/Pedagogia**

Por fim, no âmbito da Educação e da Pedagogia também são desenvolvidas pesquisas referentes à temática da história e da cultura indígena, especialmente no que diz respeito ao conteúdo de história dos anos iniciais do ensino fundamental. Grande parte desses estudos enfatiza o ensino da história e temas como oralidade, memória e saberes tradicionais, enquanto outros enfocam a presença do indígena nos programas curriculares e no livro didático.

As pesquisas no campo da educação fundam-se, especialmente, na experiência direta e na observação de práticas escolares e na experimentação com práticas alternativas. A metodologia utilizada abrange comumente a realização de questionários e entrevistas, a observação direta e a interação do pesquisador com os participantes da situação observada em sala de aula ou em outras atividades no contexto escolar, como oficinas ou interação extraclasse. A principal contribuição dessas pesquisas para a produção de saber relativo à temática indígena está no aporte de conhecimento com respeito à interculturalidade, conceito surgido no contexto das práticas e teorias pedagógicas e que ganhou amplitude, tendo passado a referir-se também a práticas culturais e políticas públicas.

Nesse sentido, faz-se necessário esclarecer que, no contexto das pesquisas em educação no Brasil, interculturalidade diferencia-se de multiculturalidade, pois esta última seria tão somente a indicação da coexistência de diferentes grupos culturais em uma sociedade, ao passo que a interculturalidade indicaria o “conjunto de propostas de convivência e de relação democrática e criativa entre culturas diferentes” (Fleuri, 2005: 3). No entendimento desse educador:

A perspectiva intercultural da educação, emergente nestes movimentos socioculturais e políticos, reconhece o caráter multidimensional e complexo da interação entre sujeitos diferentes. **Busca, pois, desenvolver concepções e estratégias educativas** que favoreçam o enfrentamento dos conflitos, na direção de superação das estruturas socioculturais geradoras de discriminação, de exclusão ou de sujeição entre grupos sociais (Fleuri, 2005: 1; grifo meu).

Pode-se perceber, assim, que a experiência dos professores/pesquisadores em Educação adquirida na Educação Indígena permitiu considerável acúmulo de conhecimento com respeito à educação intercultural em um país multicultural. O desafio – atualmente amparado pela Lei 11.645/08 – dos pedagogos que trabalham com a questão indígena é legitimar valores indígenas e recriar o olhar para os povos indígenas por meio de práticas pedagógicas diferenciadas, ressignificando conteúdos escolares e fazendo uso de outros espaços da escola que não somente a sala de aula, como, por exemplo, o refeitório, o pátio e o laboratório de informática (Guilhão *et al*, 2011: 14), ou, em outros termos, aplicar esse conhecimento adquirido na educação intercultural indígena para a educação não indígena.

A pesquisa sobre a temática indígena em Educação e Pedagogia é desenvolvida nos Cursos de Pós-Graduação em Educação em diversas instituições de ensino superior do país, como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, no âmbito das linhas de pesquisa educação escolar indígena ou ensino da história. Já a Universidade Estadual do Rio de Janeiro, por meio de sua Faculdade de Educação, criou o Programa de Estudos dos Povos Indígenas – Pró-Índio, para promover pesquisas, prestar assessoria aos movimentos e organizações dos índios, apoiar a educação indígena e desenvolver ações pedagógicas destinadas a redimensionar a temática indígena nas escolas das redes municipal e estadual de ensino.

Note-se que, apesar de o país contar com cerca de dois mil cursos de Pedagogia (excluídas as Licenciaturas Interculturais Indígenas), a educação indígena não está contemplada em grande parte dos cursos de graduação. Como muitas instituições de ensino superior não possuem cursos de pós-graduação e não desenvolvem pesquisa, resta uma parcela relativamente pequena dos cursos de Pedagogia que se beneficiam das pesquisas desenvolvidas pelos professores no contexto da Pós-Graduação.

## **6. Considerações Gerais**

No Relatório Intermediário deste estudo foi possível constatar que do universo amplo de Instituições de Ensino Superior brasileiras apenas uma parcela bastante reduzida havia introduzido adaptações ou modificações nos currículos de seus cursos de licenciatura em resposta à Lei 11.645/08. Dentre os diversos argumentos levantados para explicar tal situação, o principal entrave para a implementação de novas disciplinas que incluíssem a temática indígena no âmbito do ensino superior – assim como na educação básica – parecia ser o desconhecimento do tema.

Ao voltar a pesquisa para a produção de conhecimento acadêmico sobre a temática indígena, percebe-se que poucas são as IES que desenvolvem pesquisa na área, mesmo no contexto dos Institutos ou Faculdades de Ciências Humanas ou Sociais ou de Faculdades ou Cursos de História ou Faculdades ou Cursos de Pedagogia ou Educação, embora a produção acadêmica sobre o tema seja considerável e existam livros que se propõem a sínteses e generalizações.

De outra parte, percebe-se que o livro didático, embora venha tentando adequar-se às exigências do Guia do Livro Didático/PNLD e passe periodicamente pelo crivo das Secretarias de Educação Básica e das Universidades no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático, continua a apresentara problemas com relação à inclusão da temática. Em estudo realizado entre 2004 e 2006, Gobbi (2010: 53) identificou a continuidade do tratamento inadequado, estereotipado e folclorizado dispensado à matéria, em forte contraposição à produção do conhecimento em Etnologia Indígena, História Indígena e nas pesquisas em Educação Intercultural.

Também em estudo de caso realizado no contexto de pesquisa de iniciação científica no estado de Goiás, foram analisados os livros didáticos dos anos terminais do ensino fundamental em 2011 e 2012 (Borges, 2012). A constatação geral do autor é de que, embora tenha ocorrido grande avanço em relação aos livros utilizados no final do século XX, com a introdução de um capítulo específico para os povos indígenas no oitavo ano, o tratamento do tema no restante do livro, assim como nos livros dos outros anos, permanece esparso e fragmentado, restrito ao contexto em que o colonizador é apresentado como protagonista. O protagonismo indígena é pouco valorizado, a resistência indígena raramente mencionada e quando o é restringe-se ao período colonial. Embora tenham sido feitos avanços no tratamento do tema da atualidade das populações indígenas, não há menção alguma aos povos indígenas que habitam as cidades, reforçando a ideia ultrapassada de que ao incorporarem modos de vida da sociedade circundante deixam de ser ‘índios’.

Avaliando o forte impacto na área de História das modificações à Lei 9.394/96 (LDB) pelas Leis 10.639/03 e 11.645/08, bem como as decisões legais contra a discriminação e preconceito, o próprio Guia do Livro Didático/PNLD (2010: 16) para a área de História, coincidindo com a pesquisa anterior de Gobbi (*op.cit.*) e o estudo de caso de Borges (*op.cit.*), constata diversos problemas em vários níveis para a inclusão dos conteúdos referentes à temática indígena,

tais como a ocorrência de tratamento não histórico na abordagem dos direitos fundamentais da pessoa humana, o que dificulta a percepção do significado das lutas pela instituição e reconhecimento de direitos desses grupos; a naturalização da escravidão e a participação dos negros identificada exclusivamente a essa instituição; a manifestação de preconceitos pela ausência de elementos que permitam a identificação e a compreensão histórica de situações de conflitos, de desigualdades, de dominação e de movimentos de lutas e resistência; ou, ainda, da desconsideração da heterogeneidade em ambos os grupos – indígenas e afrodescendentes – aparecendo enquanto povos únicos, não tendo suas diversidades étnico-culturais reconhecidas (PNLD, 2010: 16).

Para além da continuidade do uso de expressões como ‘primitivos’, reproduzindo pressupostos evolucionistas e etnocêntricos totalmente ultrapassados, a ideia de que as populações indígenas foram – e são – entraves ao desenvolvimento econômico possui uma contemporaneidade indiscutível e extrapolam amplamente o espaço escolar, estando presentes não apenas no livro didático, mas também na sociedade e nos meios de comunicação de massa.

Assim como no passado, livros didáticos e mídia coincidem em retratar, na segunda década do século XXI, as populações indígenas em imagens idílicas, de corpos nus em meio à mata, estagnados nas primeiras páginas da nossa história, dedicadas à ‘descoberta’ e à colonização. Pouca ou nenhuma menção é feita aos quase 240 povos indígenas que partilham do território nacional, às cerca de 180 línguas que falam – algumas inclusive oficiais em determinados municípios, ao lado do português – e às formas como vivem atualmente, a não ser para repetir acriticamente a ideia de que “fora de seu contexto” (Bergamaschi e Gomes, 2012: 58), suas culturas desapareceriam e eles perderiam sua ‘indianidade’.

Por último, no que diz respeito à folclorização do tema não apenas na mídia, mas também na literatura, no cinema e nos livros didáticos, tal perspectiva é reforçada nas escolas pelo trabalho desenvolvido quase exclusivamente em relação ao Dia do Índio de forma descontextualizada, sem explorar o significado verdadeiro da data, que foi uma conquista do movimento ameríndio ocorrida já há meio século, nem mencionar o Dia Internacional do Índio, estabelecido em 9 de agosto de 1995 pela Organização das Nações Unidas.

Perspectivas e abordagens que desconstruam a imagem de seres do passado e vítimas de uma história que não lhes pertence podem ser introduzidas pela simples constatação do convívio das populações indígenas nas cidades, participando de atividades comerciais, e nas periferias ou no campo, onde estão submetidas a uma situação de miséria e violência, o que permitiria reintroduzir o tema no espaço escolar de forma aprofundada e crítica.

## **7. Iniciativas e Experiências**

Algumas iniciativas e experiências desenvolvidas dentro dos espaços de pesquisa instituídos nas universidades brasileiras são bastante conhecidas e ocupam lugar de destaque no que se refere à temática indígena. Dentre as instituições que desenvolvem pesquisa em História Indígena, a Universidade de São Paulo destaca-se, por meio do Núcleo de História Indígena e do Indigenismo, como um centro de estudo e publicação de pesquisas que incorporam perspectivas e abordagens renovadas para a (re)escritura da história dos povos indígenas brasileiros,



atualmente ampliado em seus objetivos para abranger redes de relações ameríndias para além das fronteiras nacionais.

É importante salientar o trabalho desenvolvido por esta universidade, visto que tem contribuído e tem ainda muito a contribuir para a produção de conhecimento sobre a temática indígena como um todo. Como parte do processo de renovação e ampliação das atividades do Núcleo, a USP criou, em 2011, o Centro de Estudos Ameríndios (CEstA) com o objetivo de produzir, aprofundar, sistematizar e divulgar conhecimentos sobre os povos indígenas das Américas, vinculando linhas e grupos de pesquisa de diferentes áreas da Universidade e também de outras instituições, como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O CEstA reúne também em sua biblioteca o Fundo Mari – Grupo de Educação Indígena da USP, que contém documentos relacionados ao funcionamento deste grupo de pesquisa, a assessorias prestadas a diferentes projetos, governamentais e não governamentais, à formação de professores indígenas, além de documentos oficiais, estudos sobre educação indígena, literatura infanto-juvenil sobre a temática indígena e materiais didáticos diferenciados das escolas indígenas.

A produção do Núcleo de História Indígena e do Indigenismo – NHII é amplamente conhecida, mas não é demais reforçar a importância dessas publicações, incorporando-as a este Relatório Final:

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela M. (coord.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: FAPESP/NHII/SMC/Cia. das Letras, 1992.

MEIRA, Márcio (Org.). *O Livro das Canoas, documentos para a história indígena da Amazônia*. São Paulo: FAPESP/NHII/USP, 1993.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo e CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Orgs.). *Amazônia, Etnologia e História Indígena*. São Paulo: FAPESP/NHII/USP, 1993.

AMOROSO, Marta Rosa e FARAGE, Nádia. (Orgs.). *Relatos da Fronteira Amazônica no Século XVIII*. São Paulo: FAPESP/NHII/USP, 1994.

GALLOIS, Dominique T. *Mairi Revisitada: a reintegração da Fortaleza de Macapá na tradição oral dos Wajãpi*. São Paulo: FAPESP/NHII/USP, 1994.

MONTEIRO, John M. (coord.) *Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em arquivos brasileiros*. São Paulo: FAPESP/NHII/USP, 1994.

SANTILLI, Paulo. *As Fronteiras da República. História e Política entre os Macuxí do Vale do Rio Branco*. São Paulo: FAPESP/NHII/USP, 1994.

Além desses, de extrema importância, porém necessitando maior divulgação, com o intuito de disseminar o conhecimento acumulado sobre educação intercultural, além de seus preceitos e ideais, são as publicações do Grupo de Educação Indígena – Mari:

SILVA, Aracy Lopes da e GRUPIONI, Luís Donisete B. (Orgs.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

CAPACLA, Marta Valéria. *O debate sobre a educação escolar indígena no Brasil (1975-1995)*. Resenha de teses e livros, Brasília: MEC/MARI, 1995.

SILVA, Aracy Lopes da e FERREIRA, Mariana Leal (Orgs.). *Antropologia, História e Educação: a questão indígena e a escola*. São Paulo: MARI/FAPESP/GLOBAL, 2001.

SILVA, Aracy Lopes da e FERREIRA, Mariana Leal (Orgs.). *Práticas Pedagógicas na Escola Indígena*. São Paulo: MARI/FAPESP/GLOBAL, 2001.

SILVA, Aracy Lopes da; MACEDO, Ana Vera L.S. e NUNES, Angela (Orgs.). *Crianças indígenas: ensaios antropológicos*. São Paulo: MARI/FAPESP/GLOBAL, 2002.

Deve-se ressaltar que as obras publicadas pelo Núcleo e pelo Mari estão disponíveis para compra e/ou doação no site do Núcleo de História Indígena e do Indigenismo – NHII, sendo de fácil acesso para professores da educação básica ou superior e mesmo Secretarias de Educação:

[http://www.usp.br/nhii/?page\\_id=29](http://www.usp.br/nhii/?page_id=29)

Da mesma forma, o site do Centro de Estudos Ameríndios – CestA contém diversas informações sobre o trabalho desenvolvido pelas equipes de pesquisa, fontes documentais, publicações à venda e documentos de acesso gratuito:

[http://www.usp.br/cesta/index.php?option=com\\_content&view=frontpage&Itemid=1&lang=pt](http://www.usp.br/cesta/index.php?option=com_content&view=frontpage&Itemid=1&lang=pt)

Vale ressaltar, ademais, o trabalho desenvolvido no âmbito da Universidade de Campinas, em especial as pesquisas realizadas em História Indígena ou Etno-História, seja no Curso de Pós-Graduação em História ou no Centro de Pesquisa em Etnologia Indígena – CPEI. O CPEI mantém um perfil interdisciplinar e suas atividades contemplam a participação de pesquisadores de outros institutos e faculdades da Unicamp que estudam, sob diversas vertentes, a temática indígena: etnologia, história, demografia, linguística, educação, educação física, medicina, entre

outras. O site do centro de pesquisa contém diversas informações sobre suas atividades e lista de publicações dos membros do centro:

<http://www.ifch.unicamp.br/cpei/>

No que diz respeito à Pós-Graduação em História, o Prof. John Manuel Monteiro criou um site com informações sobre “Os Índios na História do Brasil”. O site reúne informações, imagens, estudos, cursos proferidos pelo professor e reuniões científicas com inúmeros textos e artigos científicos de livre acesso, além de vasta bibliografia comentada e um banco de teses e dissertações, configurando importante acervo para conhecimento e aprofundamento da temática indígena tanto do ponto de vista da História Indígena, quanto da Etno-História, mas também da Etnologia Indígena e de fontes para a história:

<http://www.ifch.unicamp.br/ihb/>

Também parte da Universidade de Campinas, mas com outro viés, o Laboratório de Arqueologia Pública – LAP, em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais – NEPAM, constitui-se como espaço que permite o diálogo entre as especificidades produzidas no interior da arqueologia e a comunidade. Nesse sentido, pesquisadores do LAP, no esforço de atingir a comunidade, publicaram o livro abaixo, que reitera o papel da escola como polo de difusão cultural e leva aos professores e estudantes informações diversas, reflexões e análises sobre a temática indígena.

FUNARI, Pedro Paulo & Piñón, Ana. 2011. *A Temática Indígena na Escola: Subsídios para os Professores*. São Paulo: Contexto.

Por outro lado, no Rio de Janeiro, no âmbito do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, privilegiando a associação entre antropologia e arqueologia, são desenvolvidas pesquisas interdisciplinares no contexto dos Cursos de Pós-Graduação em Antropologia Social e em Arqueologia, em diversos núcleos e laboratórios e em linhas de pesquisa como etnologia indígena, antropologia e história, línguas indígenas ou povoamento do território brasileiro. O site do Museu oferece informações sobre os diversos cursos de pós-graduação, suas linhas de

pesquisa e os estudos realizados nos diferentes núcleos e laboratórios. Algumas publicações dos pesquisadores são também de livre acesso e podem ser acessadas por autor:

<http://www.museunacional.ufrj.br/>

<http://www.ppgasmuseu.etc.br/index.html>

<http://www.arqueologia.mn.ufrj.br/>

Já na Universidade de Brasília, em projeto de extensão desenvolvido pelo Laboratório de Ensino de História, vem-se desenvolvendo esforço de construção de metodologia para o uso de narrativas coloniais – escritas nos séculos XVI e XVII por autores europeus, indígenas e mestiços – como recursos didáticos no ensino de História. O projeto, intitulado “América indígena: oficinas, pesquisas e materiais didáticos para o ensino de história”, tem por objetivo a produção de um repositório digital de fontes históricas e materiais didáticos para o ensino de História da América indígena pré-colombiana e colonial. Pode-se ler nos artigos abaixo, da Profa. Susana Oliveira, as perspectivas teóricas adotadas no projeto:

OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. Representações das sociedades indígenas nas fontes históricas coloniais: propostas para o ensino de história. *Anos 90*, Porto Alegre, 18(34): 187-212, dez, 2011.

<http://seer.ufrgs.br/anos90/article/viewFile/23838/19726>

OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. As Crônicas Coloniais no Ensino de História da América. *Revista História & Ensino*, 17(2), Londrina: Laboratório de Ensino de História da Universidade de Londrina, 2011.

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/11237/10008>

Os links para o site do Repositório Digital de Fontes Históricas e Materiais Didáticos e para o Laboratório de Ensino de História são:

<http://www.americaindigena.com.br/#!>

<http://ensinodehistoria1.blogspot.com.br/>

De outra parte, as experiências dos Observatórios da Educação Escolar Indígena podem ser enriquecedoras para a aquisição de conhecimento quanto à educação intercultural e deveriam ser fomentadas e ampliadas para atingirem todos os estados da federação. Diversas

universidades federais e estaduais criaram observatórios no contexto de seus núcleos ou laboratórios de pesquisa, como o Laboratório de História Indígena da Universidade Federal de Santa Catarina. Como resultado da parceria entre os pesquisadores do Laboratório que integram o Observatório da Educação Escolar Indígena e professores indígenas foi elaborada coleção de três livros sobre história e cultura de povos indígenas de Santa Catarina. A publicação é resultado das atividades desenvolvidas no projeto “Autogestão e Processos Próprios de Aprendizagem: Desafios para uma Educação Escolar Indígena com Autonomia” e cada livro é dedicado a uma etnia presente no estado de Santa Catarina: Xoklêng, Kaingáng e Guaraní.

Nessa perspectiva, a atuação do Instituto Insikiran, da Universidade Federal de Roraima, é digna de nota, pois surgiu como demanda das populações indígenas daquele Estado e veio suprir as necessidades de projeto pedagógico diferenciado e intercultural para a formação de professores para atuação em área indígena. Com apoio de diversas agências de fomento, o Instituto oferece curso de Licenciatura Intercultural Indígena e de Gestão Territorial Indígena e tem planos para a implementação de curso de Especialização em Educação Escolar Indígena e de Mestrado em Educação Intercultural, como forma de dar continuidade à formação dos professores indígenas. Entretanto, o Instituto, como parte de suas atividades e no contexto das ações afirmativas da UFRR, realiza seminários e debates sobre interculturalidade e os possíveis diálogos entre saberes indígenas, conhecimentos tradicionais e técnico-científicos, que são de grande interesse também para professores da educação básica e estudantes de cursos de licenciaturas. Iniciativas como essas deveriam ser realizadas, com amplo apoio, fomento e divulgação do Estado, em todas as regiões do país.

Muitas universidades criaram cursos de Licenciatura Intercultural Indígena em todo o território nacional, as quais, apoiadas em diversas instâncias e frequentemente em parceria com os Observatórios da Educação Escolar Indígena, vêm desenvolvendo ações e práticas de educação intercultural que deveriam ser compartilhadas com os demais cursos de licenciatura. Grande parte das Licenciaturas Interculturais tem site bem estruturado e repleto de informações sobre as populações indígenas contempladas, as atividades desenvolvidas e as publicações do curso, como revistas e periódicos, entretanto, poucos disponibilizam esses textos e artigos online. Esse é o caso da Universidade do Estado do Mato Grosso, que possui quatro séries de publicações,

sendo uma específica sobre educação intercultural, que, infelizmente, não está disponível para acesso:

<http://indigena.unemat.br/>

Em realidade, a dificuldade de acesso a publicações em algumas áreas é enorme, embora muita informação possa ser acessada livremente na internet. Algumas agências exigem que o ingresso seja realizado por meio de computador ligado a servidor universitário, impossibilitando o acesso ao estudante, ao professor de escola, ao leigo, ao público em geral; outras exigem assinaturas pagas a preços impossíveis para a realidade do país.

Alguns periódicos, contudo, são inteiramente abertos e possibilitam a busca e a pesquisa por autor, assunto ou palavra chave, como é o caso das revistas englobadas pelo sistema Scielo:

<http://www.scielo.org/php/index.php>

Dentre os periódicos que fazem parte do sistema, destacam-se para as áreas aqui discutidas:

Revista Brasileira de História – da Associação Nacional de História, ANPUH

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_serial&pid=0102-0188&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0102-0188&lng=pt&nrm=iso)

Revista de Antropologia – do Departamento de Antropologia da USP (interrompido)

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_serial&pid=0034-7701&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0034-7701&lng=pt&nrm=iso)

Revista Tempo – da Universidade Federal Fluminense

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_serial&pid=1413-7704&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1413-7704&lng=pt&nrm=iso)

Revista Mana – do Museu Nacional, UFRJ

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_serial&pid=0104-9313&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0104-9313&lng=pt&nrm=iso)

Anais do Museu Paulista – da Universidade de São Paulo

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_serial&pid=0101-4714&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0101-4714&lng=pt&nrm=iso)

Alguns textos relevantes sobre assuntos de interesse, como as línguas indígenas brasileiras, também podem ser encontrados na internet, em sites como o do Laboratório de Línguas Indígenas, LALI, da Universidade de Brasília. Entre esses, dois textos merecem destaque por

conterem informações de caráter geral, como o número de línguas, seus nomes, locais onde são faladas e por que povos, mas também outras questões como o que as diferencia de outras línguas do mundo:

O primeiro é sobre a originalidade das línguas indígenas brasileiras, do linguista Aryon Rodrigues –

[http://www.laliunb.com.br/cariboost\\_files/1999\\_originalidade\\_linguas\\_brasileiras\\_rodrigues.pdf](http://www.laliunb.com.br/cariboost_files/1999_originalidade_linguas_brasileiras_rodrigues.pdf)

E o outro é uma lista de todas as línguas indígenas faladas em território nacional, com diversas informações de interesse, do mesmo autor –

[http://www.laliunb.com.br/cariboost\\_files/2013\\_linguas\\_indigenas\\_brasileiras\\_rodrigues.pdf](http://www.laliunb.com.br/cariboost_files/2013_linguas_indigenas_brasileiras_rodrigues.pdf)

Laboratório de Línguas Indígenas – LALI

<http://www.laliunb.com.br/>

Por outro lado, infelizmente, a principal fonte de informações sobre as línguas indígenas brasileiras e de divulgação de conhecimentos acadêmicos sobre as mesmas, elaborado para o público em geral, escrito por professor especialista na área, está disponível na internet apenas parcialmente:

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.

[http://books.google.com.br/books?id=ub2l\\_8HbEFOC&lpg=PP1&pg=PP1#v=onepage&q&f=true](http://books.google.com.br/books?id=ub2l_8HbEFOC&lpg=PP1&pg=PP1#v=onepage&q&f=true)

Muitas informações sobre os povos indígenas podem ser encontradas também em sites de organizações não governamentais, com disponibilização de textos e documentos relevantes. No site do Instituto de Pesquisa e Formação Indígena – IEPÉ, além de informações de diversa ordem sobre culturas indígenas, diversidade, política linguística, entre outros, encontram-se dois textos especialmente importantes para o assunto em tela:

Um sobre a diversidade cultural e os desafios do novo perfil das sociedades indígenas, de Dominique Galois – <http://www.institutoiepe.org.br/media/artigos/doc7.pdf>

E uma entrevista com o antropólogo Luiz Donisete Grupione sobre os desafios para a implementação da Lei 11.645/08 –

[http://www.institutoiepe.org.br/media/artigos/Lei\\_11.645\\_tematica\\_indigena\\_na\\_escola%20LuisDonisete.pdf](http://www.institutoiepe.org.br/media/artigos/Lei_11.645_tematica_indigena_na_escola%20LuisDonisete.pdf)

Iepé – Instituto de Pesquisa e Formação Indígena

<http://www.institutoiepe.org.br/>

O Instituto Socioambiental disponibiliza uma ampla quantidade de informações sobre os povos indígenas, recobrando todas as áreas de abordagem do tema, além de oferecer um catálogo completo dos povos indígenas no Brasil com grande quantidade de informações e bibliografia em versão para adultos e outra para crianças, que pode ser utilizado com proveito em sala de aula ou em pesquisas escolares:

ISA – Instituto Socioambiental

<http://www.socioambiental.org/>

<http://pib.socioambiental.org/pt>

<http://pibmirim.socioambiental.org/>

Por fim, merecem destaque duas experiências registradas no campo da educação, uma desenvolvida no contexto de curso de Especialização em História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, organizado pela ONG PATÍ, Grupo Incluir, em Salvador, com base em referencial teórico-metodológico desenvolvido pelo professor de História Indígena da Universidade do Estado da Bahia, Francisco Alfredo Morais Guimarães. A outra experiência diz respeito a pesquisas desenvolvidas no âmbito do Curso de Pedagogia e na Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação da professora Maria Aparecida Bergamaschi.

A primeira experiência de destaque refere-se ao trabalho do Prof. Alfredo Guimarães, que ministra História Indígena na UNEB, Campus Alagoinha, e desenvolve pesquisa tanto sobre educação indígena quanto sobre história indígena. O professor segue o método cultural e desenvolveu abordagem aplicada à temática indígena, que denominou de *bricolagem*, para o ensino da história indígena para não indígenas, que consta de intervenções em imagens e outros



materiais consagrados pelo uso tradicional no ensino da história do Brasil, de forma a deslocar o olhar do aluno e problematizar situações e imagens naturalizadas pelo tempo com o intuito de ajudar o aluno a perceber outras formas de pensar a presença indígena. A aplicação do método e os resultados do trabalho desenvolvido são registrados em dois artigos, de autoria do professor, de livre acesso na internet:

GUIMARÃES, Alfredo F.M. História e Cultura Indígenas: diferentes formas de ver, diferentes maneiras de pensar. Alagoinhas: Universidade do Estado da Bahia, 2010. [ms]

[http://www.uneb.br/plataformafreire/files/2010/03/historia\\_e\\_cultura\\_indigena\\_na\\_escola\\_texto\\_2.pdf](http://www.uneb.br/plataformafreire/files/2010/03/historia_e_cultura_indigena_na_escola_texto_2.pdf)

GUIMARÃES, Alfredo F.M. A Temática Indígena na Escola: onde está o espelho? *Revista Fórum Identidades*, 2(3): 57-65, jan-jun, 2008.

[http://200.17.141.110/periodicos/revista\\_forum\\_identidades/revistas/ARQ\\_FORUM\\_IND\\_3/D\\_OSSIE\\_FORUM\\_Pg\\_57\\_65.pdf](http://200.17.141.110/periodicos/revista_forum_identidades/revistas/ARQ_FORUM_IND_3/D_OSSIE_FORUM_Pg_57_65.pdf)

A reportagem publicada pela jornalista Márcia Scapaticio no site Nova Escola, da Editora Abril, permite ler sobre a aplicação prática do método cultural à leitura e interpretação da carta de Pero Vaz de Caminha, com exemplos de plano de aula para análise de imagens históricas e links para outros textos:

<http://revistaescola.abril.com.br/fundamental-2/carta-pero-vaz-caminha-como-interpretar-nosso-primeiro-documento-702761.shtml>

A segunda experiência destacada neste Relatório Final refere-se ao registro de docência compartilhada desenvolvida por alunos do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, nas turmas de educação básica de escola estadual de Porto Alegre. O projeto foi desenvolvido durante as atividades do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES), sob a orientação da Profa. M. Aparecida Bergamaschi. O objetivo do grupo foi abordar a história não pela visão eurocêntrica, mas contemplando a visão dos povos originários, por meio de contação de histórias, produção de textos coletivos e cartazes, incorporação de práticas culinárias com comidas típicas, jogos e brincadeiras de origem indígena no pátio, além de confecção de artesanatos como recursos para o aprendizado da história e cultura dos povos indígenas.

O desenvolvimento e os resultados positivos do projeto são descritos em dois textos, dos quais apenas um encontra-se na íntegra na internet:

GUILHÃO, Aline M.; SANTOS, Marcéli M.; MONSU, Michelle Z.; CARVALHO, Naira G.C.; PEREZ, Nicole F. História e cultura indígena nas práticas pedagógicas da educação infantil. XVII Jornada de Ensino de História e Educação, Jaguarão: UNIPAMPA, 22 a 24 de agosto, 2011. [ms]

<http://www.ufrgs.br/pibid/Nova%20pasta/PEDAGOGIA/Hist%C3%B3ria%20e%20Cultura%20Ind%C3%ADgena.pdf>

GUILHÃO, Aline M.; SANTOS, Marcéli M.; MONSU, Michelle Z.; CARVALHO, Naira G.C.; PEREZ, Nicole F. Problematizando a Temática Indígena nas Práticas Pedagógicas da Educação Infantil. Resumo, VII Salão de Ensino, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 3 a 7 de outubro, 2011. [ms]

<http://www.ufrgs.br/pibid/Nova%20pasta/PEDAGOGIA/PROBLEMATIZANDO%20A%20TEMA%20IND%C3%ADGENA%20NAS%20PR%C3%81TICAS%20PEDAG%C3%93GICAS%20DA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20INFANTIL.pdf>

Fruto das pesquisas desenvolvidas pelo mesmo grupo, sob orientação da Profa. Bergamaschi, há ainda experiências importantes de práticas educacionais interculturais aprendidas na escola indígena e aplicadas à escola não indígena para o desenvolvimento transversal da temática da história e da cultura indígena nas classes iniciais da educação básica. No primeiro texto abaixo, as autoras problematizam as formas como a história e a cultura desses povos originários vem sendo trabalhadas nas escolas e, mesmo reconhecendo os limites desta lei, consideram que ela amplia as possibilidades para o desenvolvimento de experiências significativas, voltadas para uma educação intercultural:

BERGAMASCHI, Maria Aparecida e GOMES, Luana Barth. A temática indígena na escola: ensaios de educação intercultural. *Currículo sem Fronteiras*, 12(1): 53-69, Jan/Abr, 2012.

<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1/articles/bergamaschi-gomes.pdf>

A dissertação de mestrado abaixo relata a experiência de estudo de caso de duas escolas de educação básica de Porto Alegre, uma delas com contato constante com uma comunidade Kaingáng por meio de atividades conjuntas desenvolvidas na escola, como oficina de cerâmica. A autora avalia as diferenças em termos de concepções sobre a temática indígena nesta escola em relação à outra escola sem a mesma experiência, observando na prática o fazer intercultural como constituidor de um espaço livre de trocas e vivências sem preconceitos e com respeito:

GOMES, Luana Barth. Legitimando saberes indígenas na escola. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36386/000817163.pdf?sequence=1>

## 8. Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os Índios na História do Brasil*. Coleção FGV de Bolso, Série História. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

AXTELL, James. The ethnohistory of early America: a review essay. *The William and Mary Quarterly*, Third Series, 35(1): 110-144, 1978.

BAERRIES, David A. The ethnohistoric approach and archaeology. *Ethnohistory*, 8(1): 49-77. Duke University Press, 1961.

BORGES, Lukas M. Indígenas no livro didático e na sala de aula: estudo de caso Ceres – GO (2011-2012). *Anais*, III Congresso Internacional de História da UFG/Jataí: História e Diversidade Cultural, 25 a 27 de setembro, 2012. [ms]

BRASIL. Ministério da Educação. *Guia de Livros Didáticos: PNLD 2010 – História*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2009.

CARMACK, Robert M. Ethnohistory: a review of its development, definitions, methods and aims. *Annual Review of Anthropology*, 1: 227-246, 1971.

COELHO, Mauro César. Índios e a Historiografia, os limites do problema: o caso do Diretório dos Índios. *Ciências Humanas em Revista*, 3(1): 9-37. São Luís, julho, 2005.

CORRÊA DA SILVA, Beatriz C. Mawé/Awetí/Tupí-Guaraní: relações linguísticas e implicações históricas. Tese de Doutorado, Brasília: Universidade de Brasília, 2011.

FLEURI, Reginaldo M. Intercultura, educação e movimentos sociais no Brasil. V Colóquio Internacional Paulo Freire: Paulo Freire: desafios à sociedade multicultural, Recife, de 19 a 22 de setembro, 2005. [ms]

GOBBI, Izabel. Desafios do ensino sobre indígenas nas escolas: uma reflexão a partir dos livros didáticos de História. *Cadernos do LEME*, Campina Grande, 2(2): 41-57. jul./dez, 2010.

GUILHÃO, Aline M.; SANTOS, Marcéli M.; MONSU, Michelle Z.; CARVALHO, Naira G.C.; PEREZ, Nicole F. História e cultura indígena nas práticas pedagógicas da educação infantil. XVII Jornada de Ensino de História e Educação, Jaguarão: UNIPAMPA, 2011. [ms]

JONES, Kristine L. Comparative ethnohistory and the southern cone. *Latin American Research Review*, 29(1): 107-118, 1994.

KRECH, Sheppard. The state of ethnohistory. *Annual Review of Anthropology*, 20: 345-375, 1991.

- LAIA, Maria Aparecida & SILVEIRA, Maria Lúcia (orgs.). *A Universidade e a Formação para o Ensino de História e Cultura Africana e Indígena*. São Paulo: CONE/Prefeitura de São Paulo, 2010[?].
- LE GOFF, Jacques. A História Nova. In: LE GOFF, Jacques, *A História Nova*. 3a ed., pp. 26-67, São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- MARCUS, George e FISCHER, Michael. *La Antropología como Crítica Cultural. Un Momento Experimental en las Ciencias Humanas*. Buenos Aires: Amorrortu, 2000.
- MEILLET, Antoine. *Linguistique Historique et Linguistique Générale*, v. 1, Paris: Klincksieck, 1926.
- MONTEIRO, John Manuel. Tupís, Tapuias e Historiadores. Estudos de História Indígena e de Indigenismo. Tese de Livre-Docência, Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2001.
- SILVA, Joana A. e JOSÉ DA SILVA, Giovani. História Indígena, Antropologia e Fontes Oraís: questões teóricas e metodológicas no diálogo com o presente. *História Oral*, 13(1): 33-51, 2010.
- SOUZA, Laura de Mello e. Prefácio. In: Raminelli, Ronald. *Imagens da Colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- STURTEVANT, William C. Anthropology, history and ethnohistory. *Ethnohistory*, 13(1/2): 1-51. Duke University Press, 1966.
- THOMASON, Sara G. e KAUFMAN, Terrence. Language Contact, Creolization, and Genetic Linguistics. 2 ed. Berkeley/Oxford: University of California Press, 1991.
- TRIGGER, Bruce G. Ethnohistory: problems and prospects. *Ethnohistory*, 29(1): 1-19. Duke University Press, 1982.
- \_\_\_\_\_. Ethnohistory: the unfinished edifice. *Ethnohistory*, 33(3): 253-267. Duke University Press, 1986.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo e CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Introdução. In: Viveiros de Castro, E. e Carneiro da Cunha, M. (orgs.), *Amazônia: Etnologia e História Indígena*. São Paulo: NHI/FAPEESP, 1993.